



**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ABORDAGEM CENTRADA NA ANÁLISE COMPARATIVA PARA O PERÍODO DE 1970 A 2010**

**STRUCTURE OF LAND AND SOCIAL RELATIONS OF PRODUCTION IN PARÁ STATE: AN APPROACH FOCUSED ON COMPARATIVE ANALYSIS FOR THE PERIOD 1970 TO 2010**

Profa. Ma. Mônica de Nazaré Corrêa Ferreira Nascimento

ISARH/UFRA

E-mail: [monicancf@ig.com.br](mailto:monicancf@ig.com.br)

Profa. Dra. Gisalda Carvalho Filgueiras

FACECON/ICSA/UFPA

E-mail: [gisalda.filgueiras@gmail.com](mailto:gisalda.filgueiras@gmail.com)

Prof. (Pós-)Dr. André Cutrim Carvalho

FACECON/ICSA/UFPA

Email: [andrecc83@gmail.com](mailto:andrecc83@gmail.com)

Cleyton Alves Candeira Pimentel

FACECON/ICSA/UFPA

E-mail: [cleyton\\_underline@hotmail.com](mailto:cleyton_underline@hotmail.com)

**Grupo de Pesquisa: 5. Evolução e Estrutura da Agropecuária no Brasil**

**Resumo**

O objetivo principal do presente trabalho foi verificar as principais modificações na estrutura fundiária decorrentes do processo de ocupação das terras, bem como analisar as relações sociais de produção, nos últimos trinta anos, no Estado do Pará. Do ponto de vista metodológico, foram utilizados métodos de análise comparativa para o período de 1970 a 2010, no qual foram pesquisados os graus de concentração do fator terra e, também, calculou-se a taxa de migração rural-urbana das populações da região Norte e do Estado do Pará nos últimos quarenta anos. Os dados obtidos foram provenientes das estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos Cadastros de Imóveis Rurais realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os resultados revelaram uma estrutura fortemente concentradora de propriedade da terra, tanto na região Norte quanto no Estado do Pará, o que, talvez, se explique como um dos fatores de expulsão da população do campo para as cidades e de conflitos agrários na região. E, quanto aos resultados da migração instantânea, houve entrada significativa de migrantes na região Norte e no Estado do Pará ao longo do período analisado, com baixa redução nas décadas de noventa e, fundamentalmente, a partir do ano 2000. Nas relações sociais de produção, observou-se que os proprietários estão – no mínimo – mantendo seu espaço, com uma redução explorada apenas na atividade de lavoura temporária, conforme Censo de 2006. Ademais, todas as outras atividades econômicas analisadas – tais como: pecuária e lavoura permanente – entre 1980 e 2006, se expandiram. Os arrendatários e parceiros elevaram

significativamente sua participação tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em área ocupada, desenvolvendo, sobretudo, as lavouras permanentes e temporárias, destacando-se os arrendatários na atividade de lavoura temporária, que no último Censo de 2006 tiveram uma variação acima de 1.400%, comparada ao ano de 1995.

**Palavras-chave:** estrutura fundiária; relações sociais de produção; análise comparativa; Estado do Pará; conflitos agrários.

### **Abstract**

*The main objective of this study was to determine the main changes in land ownership resulting from land occupation process and analyze the social relations of production in the last thirty years in the state of Pará. From a methodological point of view, methods were used comparative analysis for the period 1970-2010, in which the degrees of land factor concentration were investigated and also calculated the rural-urban migration rate of the populations of North and Pará in the last forty years. The data were obtained from the official statistics of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the records of Rural Property conducted by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). The results revealed a strongly concentrating structure of land ownership, both in the North as in the state of Pará, which, perhaps, be explained as one of the push factors of the rural population to the cities and land conflicts in the region. And, as the results of live migration, there was significant inflow of migrants in the North and in the State of Pará over the analysis period, with low reduction in the decades of ninety fundamentally from the year 2000. In the social relations of production, it was observed that the owners are - at least - keeping your space with a reduction only exploited in seasonal crop activity, according to Census 2006. In addition, all other economic activities analyzed - such as livestock and permanent crop - between 1980 and 2006 have expanded. The tenants and partners significantly increased their participation both in terms of number of establishments as occupied areas, developing, especially the permanent and temporary crops, especially tenants in temporary farming activity, which in the last census in 2006 had a variation above 1.400%, compared to 1995.*

**Key words:** land structure; social relations of production; comparative analysis; State of Pará; agrarian conflicts.

## **1. INTRODUÇÃO**

Neste estudo, realizou-se análise da evolução da ocupação das terras no Estado do Pará a partir dos anos setenta, delineando as principais mudanças em suas relações sociais de produção e em sua estrutura produtiva decorrentes desse processo de ocupação. A escolha pelo Estado do Pará deveu-se às suas características econômicas e sociais específicas, que fazem com que o mesmo seja um grande atrativo para os investimentos capitalistas, tendo como principais atividades econômicas a mineração, a pecuária e a extração madeireira.

Atualmente, o Estado do Pará é cenário de constantes conflitos sociais, face à disputa pela posse e uso da terra e a divergência de interesses entre os diversos segmentos da sociedade. Nestes termos, o trabalho teve como principal objetivo verificar as principais modificações na

estrutura fundiária decorrentes do processo de ocupação das terras, com o avanço do capitalismo na região, bem como analisar as relações sociais de produção nos últimos trinta anos.

O presente artigo foi estruturado em cinco seções, além desta breve introdução. Na segunda seção, são apresentados os aspectos metodológicos que serviram de suporte para o desenvolvimento desta pesquisa; na terceira seção, discute-se o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil e seus impactos mais importantes sobre a estrutura fundiária brasileira; na quarta seção é feita uma análise da estrutura regional, informações dos resultados estatísticos sobre a evolução da ocupação das terras no Estado Pará, bem como as relações sociais de produção no campo; por fim, são apresentadas as considerações finais na última seção.

## 2. METODOLOGIA: MATERIAL E MÉTODO

A área de estudo é o Estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil. Possui uma área de 1.247.954,6 km<sup>2</sup>, representando 32,4% da superfície total da região e ocupa o 2º lugar em tamanho entre os estados brasileiros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), possui uma população de 7.581.051 habitante e, territorialmente, divide-se em seis (6) mesorregiões e 22 microrregiões, com 144 municípios.

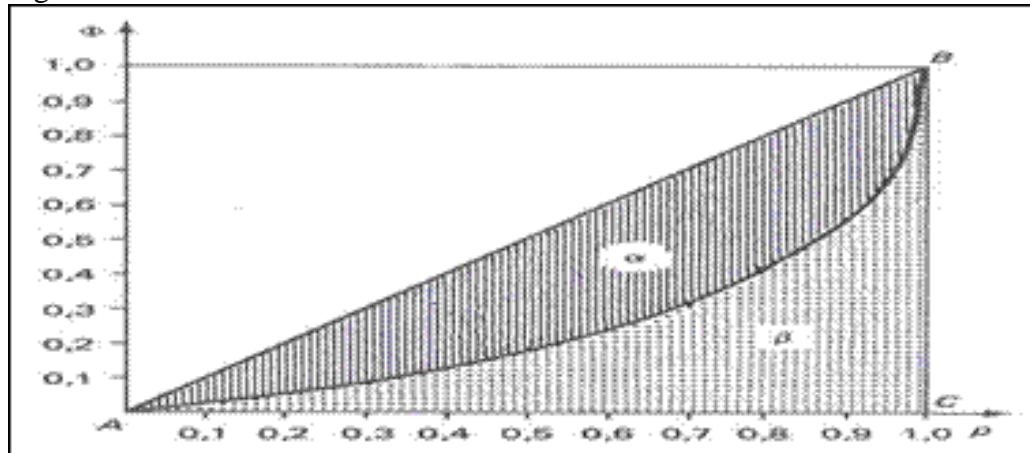
As fontes de informações para este estudo são de bases secundárias. Para análise da estrutura fundiária do Pará, que deve ser entendida como a forma de distribuição e acesso à terra, foram utilizados os dados fornecidos pelas Estatísticas Cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ressaltando-se que, em 1998, esse Órgão alterou a metodologia de classificação dos imóveis rurais, excluindo as categorias empresa rural e latifúndios por exploração e dimensão.

Devido a esse corte metodológico, os dados referentes ao ano de 1998 foram analisados separadamente. Ainda, pesquisou-se as estatísticas oficiais do IBGE, além de acervos de livros e revistas que tratam da temática, disponíveis em bibliotecas e internet. Para análise dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos quantitativos: Índice de Gini e a Taxa Instantânea de Crescimento e Migração Instantânea.

O índice de concentração de Gini serve para quantificar a concentração de terras ou rendas. Neste estudo, foi utilizado para quantificar o grau de concentração de terras, com a finalidade de comparar o índice de concentração fundiária do Estado do Pará no período de 1975 a 2006. Silva (1978) ressalta que o grau de concentração da posse da terra é um importante indicador do grau de concentração da renda e da riqueza e que essa importância é maior no caso dos países menos desenvolvidos, em função da propriedade da terra perpetuar as desigualdades no tempo, via herança.

Hoffman (1998) define o índice de Gini como sendo a relação entre a área de concentração, indicada por  $\alpha$ , e a área do triângulo ABC, conforme demonstrado na Figura 1, onde está representada a curva de Lorenz, observa-se a linha AB, chamada de linha de equidistribuição ou de perfeita igualdade, sendo que se a distribuição for de perfeita desigualdade, a curva de Lorenz será um segmento ABC. A área C, compreendida entre a curva de Lorenz e o bissetor do 1º quadrante, que está hachurada na Figura 1, é denominada “área de concentração”.

Figura 1 – Curva de Lorenz



Fonte: Hoffman (1998).

O índice de Gini pode ser calculado por meio da área do polígono cujos vértices são a origem dos eixos e os pontos  $(X_i, Y_i)$ . Este polígono pode ser decomposto em  $(n)$  trapézios. A área do  $i$ -ésimo trapézio é dada por:

$$A_i = \frac{(Y_i + Y_{i-1}) * (X_i - X_{i-1})}{2} \quad (1)$$

Considerando-se que a área do triângulo ABC igual a 0,5, o índice de Gini é calculado por meio da seguinte fórmula:  $G = 0,5 - A_i$ , sendo que este índice varia entre zero (significa que não existe concentração nenhuma, isto é, a igualdade é total) e um (significa que a concentração é absoluta, isto é, a desigualdade é máxima). Assim, quanto maior for a aproximação de zero, melhor a distribuição e quanto mais próximo de um, mais forte é a concentração e, portanto, pior a distribuição.

Câmara (1949), citado por Silva (1978), propôs uma escala para a definição do grau de concentração da terra, com referência aos valores obtidos pelo índice de Gini, tais como: até 0,100 = concentração nula; de 0,101 a 0,250 = concentração fraca; de 0,251 a 0,500 = concentração média; de 0,501 a 0,700 = concentração forte; de 0,701 a 0,900 = concentração muito forte e acima de 0,900 = concentração tende à absoluta.

A Taxa Instantânea de Crescimento e Migração Instantânea trata-se de um instrumental quantitativo utilizado para identificar e interpretar o ritmo médio de crescimento ocorrido em determinado horizonte temporal escolhido para certas variáveis passíveis de serem tomadas como indicadores de crescimento econômico.

Além disso, a taxa instantânea de crescimento pode ser estimada tanto para variáveis discretas quanto para variáveis contínuas. No presente estudo interessa o cálculo da taxa para variáveis contínuas, sendo utilizada, portanto, a seguinte equação:

$$P_f = P_0 e^{AR}, \text{ em que:}$$

$P_f$  = População no final da década;

$P_0$  = População no começo da década;

$A$  = Taxa Instantânea de Crescimento ;  $e$   
 $R$  = É o número de anos do período.

Matematicamente, a fórmula acima é desenvolvida da seguinte maneira:

$$\ln Pf = \ln P_0 e^{AR}; \quad \ln Pf = \ln P_0 + \ln e^{AR}; \quad \ln Pf = \ln P_0 + AR \cdot \ln e; \quad \ln Pf = \ln P_0 + AR;$$

$$AR = \ln Pf - \ln P_0; \quad AR = \ln \frac{Pf}{P_0}; \quad A = \frac{\ln \left( \frac{Pf}{P_0} \right)}{R} \quad (2)$$

De acordo com metodologia descrita em Alves (1995), calculou-se a migração instantânea na Região Norte e no Estado do Pará nos últimos trinta anos, por meio da seguinte fórmula:  $M = A_0(e^{ra} - 1)(b - a)/a$

Em que:  $M$  = Indica o número de migrantes que deixaram o meio rural;  $A_0$  = É a população rural do início da década;  $a$  = É a taxa de crescimento da população total do Estado  
 $b$  = É a taxa de crescimento da população do meio rural do Estado.

Nestes termos, cada década foi dividida em N períodos. No final do período, calcula-se a diferença entre a população rural estimada para o final do período, usando-se a taxa de crescimento da região para a década e a população rural estimada, por meio da utilização da taxa de crescimento observada da população rural da década.

Deixando-se N tender para o infinito, tem-se a fórmula que possibilita a aferição da migração instantânea: se  $M$  apresentar sinal positivo, significa que o meio rural perdeu população, caso apresente sinal negativo, o meio rural ganhou população.

### 3. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para compreender a dinâmica da estrutura fundiária da região Amazônica torna-se necessário analisar o papel desempenhado pela agricultura na dinâmica da acumulação do capital, analisando o contexto histórico nacional que propiciou o avanço do capitalismo na Amazônia. Nesse contexto, o “ciclo do milagre” iniciou em 1968 e perdurou até 1973. Nesse período, o país experimentou uma fase de prosperidade caracterizada por uma aceleração das taxas de acumulação de capital ainda que à custa de uma elevada concentração de renda, havendo o aumento da concentração do sistema financeiro, também.

Nessa etapa, o capital estrangeiro entrou diretamente no país sob a forma de capital de risco, porém, com a única intenção de gerar lucros e remetê-los para o exterior sob a forma de renda capitalista, o que contribuiu para deteriorar o saldo da balança de pagamentos. Ademais, o Brasil precisava adquirir divisas para continuar financiando as importações de bens de produção, razão pela qual as exportações de produtos agrícolas foram estimuladas a partir da concessão, aos exportadores, de uma série de subvenções (financiamentos a juros negativos, isenções de impostos, etc). Esse período se caracterizou pelo aumento das exportações que se expandiram bem acima da taxa de crescimento do produto.

Esta prosperidade perdurou até 1973, pois a partir de então, começou uma fase de esgotamento do “ciclo do milagre” com o desaparecimento dos vários estímulos para a reprodução das elevadas taxas de lucratividade. A partir daquele ano, o país passou a

desempenhar um novo papel no contexto mundial, dependendo financeiramente do capital monopolista internacional, pois precisava pagar a crescente dívida externa que proporcionou o crescimento econômico do período anterior.

O setor agrícola também passou a sentir os efeitos negativos das condições econômicas do país, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento adotado privilegiava os produtos agrícolas de exportação (soja, cacau, café, etc) enquanto que a produção destinada a atender a demanda interna não sofreu melhorias de produtividade. De tal modo, o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro foi marcado por um desenvolvimento desigual, sendo que a agricultura voltada para a exportação era “moderna”, enquanto a produção voltada para atender o mercado interno recebia poucos benefícios dessa modernização.

Ressalte-se, que essa desigualdade se manifestou entre as regiões do país, sendo que enquanto no centro-sul, a exploração de terra se deu por meio da utilização intensiva do capital, caracterizando-se por uma agricultura moderna, na Amazônia, essa exploração se deu pela expansão da fronteira agrícola de forma meramente extensiva, ou seja, pela incorporação de novas terras ao processo produtivo, muito embora a modernização da agricultura tenha se processado de forma desigual entre as regiões. Assim, observou-se que a evolução da estrutura fundiária em todo o país foi marcada pela existência do complexo minifúndio *versus* latifúndio que constitui a estrutura fundamental da propriedade agrícola brasileira.

#### **4. ESTRUTURA E VOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO ESTADO DO PARÁ: ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Como já destacado, o desenvolvimento desigual entre as regiões, impactou negativamente em territórios mais pobres ou menos desenvolvidos, assim, tanto o centro-sul do país como a região Amazônica foram marcadas pelas desigualdades na distribuição espacial das terras, tendo em vista que tais desigualdades decorrem da necessidade historicamente determinada da expansão da produção agrícola no Brasil, a qual tende a privilegiar a apropriação de amplas extensões de terras.

Ao mesmo tempo em que se estimulou o aparecimento de latifúndios, os minifúndios também surgiram como produto histórico e complemento funcional dos latifúndios, pois como os minifúndios não estavam garantindo a sobrevivência do pequeno produtor (minifundiário) este era obrigado a procurar outras formas alternativas para complementar sua renda, como por exemplo, indo trabalhar como assalariados nos latifúndios.

Deste modo, a existência dos minifúndios permitiu uma oferta de mão-de-obra que foi e ainda o é utilizada pelos grandes proprietários para realizar a agricultura comercial. Isto resultou no aumento da predominância de assalariados nas médias e grandes propriedades. Logo, pode-se dizer e/ou concluir que o latifúndio se constitui numa estrutura produtiva onde predominam relações assalariadas de produção.

Por tudo isto, analisou-se a dinâmica de ocupação das terras paraenses tendo como ponto de partida a década de setenta, período em que foram implementadas importantes medidas governamentais (fundiárias e creditícias), que delinearam a distribuição territorial e o perfil produtivo do Estado. Considera-se a década de setenta um marco histórico de profundas mudanças no processo de ocupação regional, pois foi a partir desse período que o Governo

Federal, buscando integrar a Região Amazônica ao restante do país, promoveu uma grande intervenção no patrimônio territorial regional.

Tanto assim que o principal instrumento da intervenção federal foi o Decreto-Lei nº 1164, de 01 de abril de 1971, que diz:

Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional a apropriação, pelo governo federal, de terras devolutas situadas numa faixa de 100 km de cada lado do eixo de diversas rodovias federais construídas na Amazônia Legal em construção ou simplesmente projetadas.

A atitude do governo de incorporar as terras devolutas dos Estados reside na justificativa de alcançar um “desenvolvimento harmônico, planejado e integrado na região” e que, na sua concepção, só seria possível se essas terras fossem submetidas a um critério único de desenvolvimento, com recursos federais próprios para nelas serem utilizados. Na concepção do Governo Federal, a centralização administrativa seria o meio mais eficaz para reduzir as desigualdades econômicas e sociais e alcançar o desenvolvimento regional. Entretanto, essa medida resultou na redução do poder de intervenção dos governos estaduais, retirando a autonomia destes para realizar políticas fundiárias.

No Estado do Pará, o Órgão responsável pela execução da política agrária é o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que foi criado, por meio da Lei nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, portanto, três anos após a vigência da Lei 1.164 do Governo Federal. De acordo com Trecanni (2001), destacam-se como principais funções atribuídas ao ITERPA: definir as áreas dominicais; extremar o domínio público do particular, manter um serviço de cartografia e mapoteca, organizar o cadastro rural do Estado, trabalhar em conjunto com INCRA e BASA e respeitar as posses legítimas oferecendo aos seus ocupantes o reconhecimento de seu direito.

O ITERPA teve sua ‘atribuição limitada pelo Decreto-Lei nº 1.164 do Governo Federal, visto que o Pará, por ser cortado pelos principais eixos rodoviários, dentre os quais se destacam as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Transamazônica (BR-230), foi o Estado mais afetado pela política centralizadora do governo.

Segundo Becker *apud* Trecanni (2001), a política do governo fez com que o Estado do Pará perdesse a jurisdição sobre mais de 80% do seu território, ficando o mesmo sem uma base física contínua para exercitar sua política de terras. Como o Estado não teve direito de receber indenização pelo repasse das terras ao Governo Federal, adotou o instituto de alienação de suas terras como forma de aumentar sua arrecadação financeira, contudo, essa alienação beneficiava, sobretudo, empresários e fazendeiros e não obedecia à própria legislação estadual, que proibia a venda de terras devolutas acima de 100 hectares para fins agrícolas.

O resultado dessa medida foi a desestruturação fundiária do Estado, onde prevaleceu o comércio de terras em detrimento de medidas para um ordenamento racional de posse e uso das mesmas. Em decorrência dos graves problemas gerados pelas medidas governamentais de ocupação da região, o Governo Federal resolveu revogar o Decreto-Lei nº 1164, por meio do Decreto-Lei nº 2375, de 24 de novembro de 1987, que devolvia aos Estados e Municípios as terras públicas devolutas que estavam sob o domínio da União, entretanto, o perfil fundiário estadual já estava alterado.

A Tabela 1 apresenta a distribuição de área do Estado do Pará por categoria de imóveis nos anos de 1972, 1978 e 1991. Segundo o Estatuto da Terra *apud* Campanhole (1991), essas categorias de imóveis são definidas com Minifúndio, Empresa Rural, Latifúndio por exploração e

Latifúndio por dimensão. Analisando-se os dados da Tabela 1, verifica-se que, nos anos de 1972 e 1978, predominaram os minifúndios e os latifúndios por exploração tanto em termos de número de imóveis quanto em termos de área ocupada. No ano de 1991, esse perfil sofreu alteração, pois apesar dos latifúndios e minifúndios ainda predominarem, houve um crescimento significativo de empresas rurais, sendo que a área dessa categoria de imóvel ultrapassou a área dos minifúndios no ano de 1991.

Tabela 1 – Distribuição da área por categorias de imóveis rurais no Estado do Pará, no período de 1972 – 1991, em valores absolutos e percentual.

Categoria de Imóveis	Imóveis			Área		
	1972 (A)	1978 (B)	1991 (C)	1972 (A)	1978 (B)	1991 (C)
Minifúndios	50.687	50.905	267.496	2.086.391,7	5.651.376,5	15.464.724
Empresa rural	1.320	320	17.542	2.049.177,5	343.607,4	20.085.310
Lat. por exploração	20.567	28.415	105.861	30.811.733,9	54.734.829,8	104.814.914
Lat. por dimensão	22	80	69	4.480.331,0	17.336.223,0	17.335.224
Não classificados	-	26.610	345	-	2.588.258,7	1.102.198
Inconsistentes	3.186	2.490	-	3.078.839,9	2.402.969,9	-
Total	75.782	108.780	391.313	45.506.473,9	83.057.260,3	158.502.370
Categoria de Imóveis	Imóveis			Área		
	1972 (A)	1978 (B)	1991 (C)	1972 (A)	1978 (B)	1991 (C)
Minifúndios	66,89	46,80	68,36	4,58	6,80	9,76
Empresa rural	1,74	0,29	4,48	4,50	0,41	12,67
Lat. por exploração	27,14	26,12	27,05	67,71	65,90	66,13
Lat. por dimensão	0,03	0,07	0,02	9,85	20,87	10,94
Não classificados	-	24,46	0,09	-	3,12	0,70
Inconsistentes	4,20	2,29	-	6,77	2,89	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Levantamento Cadastral do INCRA, 1972-1991.

É importante ressaltar que a existência de 24,5% de imóveis não classificados e de 2,29% de imóveis inconsistentes, no ano de 1978, pode ser atribuído ao fato de que muitos latifúndios e empresas rurais tenham deixado de se cadastrar, devido, principalmente, à falta de infraestrutura operativa dos Órgãos Federal (INCRA) e Estadual (ITERPA) responsáveis pelas regulamentações de posse na região. Desse modo, as estatísticas referentes ao ano de 1978, encontraram-se bastante prejudicadas, não retratando a real situação fundiária do Estado no período.

Comparando-se a evolução da distribuição de área por categoria de imóveis do Estado do Pará, nos anos de 1972 e 1991, por meio da Tabela 2 (base na Tabela 1), verifica-se que no período de 1972 a 1978, a única categoria que apresentou decréscimo, tanto em termos de número de imóveis (-75,76%) quanto em termos de área (-83,23%), foi a empresa rural. Nesse mesmo período, o número e a área de latifúndios por dimensão cresceu em mais de 200% (Tabela 2).

Esses dados refletem os efeitos da política de incentivos fiscais implementadas na década de setenta, privilegiando as grandes propriedades. No referido período (1972 a 1978), as demais categorias de imóveis também cresceram, porém, menos do que proporcionalmente ao acréscimo dos latifúndios.

Tabela 2 – Distribuição da área por categoria de imóveis rurais no Estado do Pará: análise comparativa percentual nos anos de 1972, 1978 e 1991

Categoria de Imóveis	Imóveis (%)		Área (%)	
	B/A	C/B	B/A	C/B
Minifúndios	0,43	425,48	170,87	173,65
Empresa rural	-75,76	5.381,88	-83,23	5.745,42
Lat. por exploração	38,16	272,55	77,64	91,50
Lat. por dimensão	263,64	-13,75	286,94	-0,01
Não classificados	-	-98,70	-	-57,42
Inconsistentes	-21,85	-	-21,95	-
Total	43,54	259,73	82,52	90,84

Fonte: Levantamento Cadastral do INCRA, 1991, onde A: 1972; B: 1978; C: 1991.

No período de 1978 a 1991, contrariamente ao que ocorreu no período de 1972 a 1978, a categoria de empresa rural apresentaram crescimento significativo tanto em termos de número de imóveis (5.381,89%) quanto em termos de área (5.745,4%). No período de 1978 a 1991 ocorreu um crescimento de 425,4% no número de minifúndios, enquanto a área dessa categoria sofreu um acréscimo de 173,65%.

A Tabela 3 demonstra o perfil da distribuição da área por categoria de imóveis, no Pará, em 1998, onde se verifica que 87,9% dos imóveis são representados por minifúndios e pequenas propriedades. Cabe ressaltar que a classificação dos imóveis rurais pelo INCRA foi alterada, sendo que os imóveis passaram a ser classificados de acordo com o módulo fiscal, da seguinte forma: Minifúndio: imóvel com área inferior a um módulo fiscal; Pequena Propriedade: imóvel rural com área entre um a 4 módulos fiscais; Média Propriedade: imóvel rural com área entre 4 a 15 módulos fiscais e grandes propriedades: imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais.

Verificou-se um aumento em termos de número e área de grandes propriedades rurais e um processo de fragmentação das áreas de minifúndios.

Tabela 3 – Distribuição de área por categoria de imóveis no Estado do Pará, em 1998

Categoria de Imóveis	Imóveis	%	Área	%
Minifúndio	38.059	51,98	1.302.517,3	3,42
Pequena	26.327	35,96	2.933.770,7	7,72
Média	4.641	6,34	2.353.198,5	6,19
Grande	3.968	5,42	29.080.113,0	76,49
Não classificados	223	0,30	2.350.090,3	6,18
Total	73.218	100	38.019.689,80	100

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, v. 2, 1998.

Mas, o que vale destacar é que, em 1998, a categoria de grandes imóveis rurais tinha uma participação pequena (5,42%), enquanto respondia por uma área de mais de 70%, precisamente 76,49%, mostrando o grau de concentração de áreas no Pará, decorrente das políticas públicas anteriormente implementadas para dinamizar a economia estadual no setor primário.

Adicionalmente, Hoffmann (1998) realizou o cálculo do Índice de Gini para o Estado do Pará, cujos resultados estão dispostos na Tabela 4. De acordo com a escala definida por Câmara citado por Silva (1978), o grau de concentração da terra é considerado muito forte no Estado, no período de 1975 a 2006, apresentando uma redução pouco significativa na década de noventa e voltando a se elevar em 2006, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4 – Índice de concentração de Gini da distribuição da posse da terra no Estado do Pará nos anos de 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006

Anos	Estado do Pará
1975	0,868
1980	0,843
1985	0,828
1995/96	0,815
2006	0,821

**Fonte:** Hoffmann, Rodolfo e Ney, Marlon Gomes (2010).

Trecanni (2001) destaca que o estudo realizado pelas Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu uma correlação direta entre grau de pobreza e a grande concentração da propriedade da terra: os municípios que apresentam os maiores índices de pobreza (maior número percentual de pobres entre a população e grau de pobreza maior entre os pobres) são os que ostentam os maiores índices de concentração da propriedade da terra. Assim sendo, com a elevação do grau de concentração da terra, a tendência é o aumento da pobreza e da fome no campo, provocando o êxodo rural, o que, por sua vez, gera problemas, tais como: pobreza urbana, crise de moradia, aumento da marginalidade e da violência nas cidades.

A Tabela 5 apresenta a taxa instantânea de crescimento da população e a migração rural-urbana ocorrida na região Norte e Estado do Pará no período de 1970 a 2010. Conforme se visualiza, tanto a região Norte quanto o Estado do Pará foram receptores de migrantes nos últimos quarenta anos, especificamente na década de noventa, com exceção dos anos setenta.

Nesse período, da Região Norte, saíram 516,1 mil pessoas do campo. Nestes termos, supõe-se que o crédito tenha influenciado positivamente esse comportamento na década de noventa, constituindo um dos fatores de atração de contingentes populacionais de outras regiões do país, motivados, também, pela ampla disponibilidade de terras existentes na região Norte, mais especificamente, no Pará.

Tabela 5 – Taxas Instantâneas de Crescimento das Populações total e rural e Migração rural-urbana na região Norte e Estado do Pará e - 1970 a 2010

Período	Região Norte			Estado do Pará		
	Taxa Cresc. Total (a)	Taxa Cresc. Rural (b)	Migrantes* (em mil)	Taxa Cresc. Total (a)	Taxa Cresc. Rural (b)	Migrantes* (em mil)
1960/1970	7,14	2,09	-118,2	3,48	2,25	-135,10
1970/1980	1,17	3,63	516,1	4,51	4,16	-50,90
1980/1991	4,85	3,34	-623,7	3,41	2,76	-148,00
1991/2000	2,52	-0,55	-3.764,67	2,24	-1,28	-927,08
2000/2010	2,09	0,83	-4.081,92	2,05	1,44	-1.043,00

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1999 e 2010.

Censo Demográfico –2000. (\*) Todas as pessoas que migraram no período.

Percebe-se que a distribuição da propriedade da terra no Pará, caracterizada pela coexistência do binômio minifúndio/latifúndio, teve como reflexo um elevado índice de concentração fundiária nos últimos quarenta anos. Esse caráter concentrador da propriedade resultou em formas inadequadas de exploração, principalmente nas grandes propriedades e estimulou, também, mudanças nas relações sociais de produção no campo em decorrência do estímulo governamental ao desenvolvimento de projetos de agropecuária extensiva; de mineração e sidero metalúrgicos.

De tal modo, a expansão do capitalismo no meio rural paraense criou um novo estágio nas relações sociais de produção, sem, entretanto, provocar qualquer alteração na estrutura fundiária. Isso ocorreu porque o caráter concentrador da propriedade determinou a forma de utilização da terra pelas diferentes classes de produtores rurais, delineando, portanto, o perfil da estrutura produtiva da região.

Em termos gerais, o predomínio dos latifúndios e a facilidade de acesso a financiamento, por seus proprietários, por meio da política de incentivos fiscais e creditícios, constituíram estímulo ao desenvolvimento de atividades que ocuparam grandes extensões de terras. A mineração foi uma atividade desenvolvida, principalmente, por grandes empresas, como por exemplo, a Mineradora Jari e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que se instalaram na região atraídas pelas potencialidades minerais e pelos incentivos governamentais.

Cabe ressaltar que essas atividades contribuem para dinamização de relações assalariadas de produção e aqueles que não detêm a posse legal da terra, tais como: posseiros, parceiros e arrendatários, não têm muita opção senão vender sua força de trabalho como assalariados permanentes ou temporários (surgimento do sistema de empreiteiros de turma), ou então, abrem novas fronteiras ou migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Para uma melhor compreensão das relações sociais no meio rural paraense é necessário conceituar as principais formas de trabalho que vinculam o homem a terra, que, segundo o Levantamento Cadastral do INCRA (1978) *apud* Ferreira (1996), são agrupadas nas seguintes categorias: Produtor dono da terra; Assalariado, Arrendatário, Parceiro e Ocupante. Além disso,

para a realização da análise das relações sociais de produção foram utilizados os dados do IBGE referentes à distribuição dos estabelecimentos segundo a condição do produtor e dados do INCRA referentes ao pessoal ocupado no meio rural da região Norte e Estado do Pará.

Cabe alertar para a diferença existente entre as unidades básicas adotadas pelos dados do INCRA e do IBGE, tomando-se o devido cuidado para não fazer comparações diretas entre os dados dos censos e dos cadastros, visto que enquanto o imóvel rural – conceituação adotada pelo INCRA – é uma unidade de propriedade; o estabelecimento – unidade de pesquisa do IBGE – é uma unidade administrativa, onde se processa a exploração agropecuária.

Silva (1978) ressalta que enquanto o Censo Agropecuário do IBGE classifica os estabelecimentos segundo a condição principal do produtor (proprietário ou parceiro ou arrendatário ou ocupante), o Cadastro do INCRA subdivide os imóveis segundo a situação jurídica dos declarantes (proprietários e/ou titulares de direito real e/ou titulares de posse), podendo um mesmo indivíduo pertencer a várias situações simultaneamente.

Os dados da Tabela 6 revelam o predomínio de proprietários e ocupantes, sendo que os mesmos eram responsáveis por 95,07% dos estabelecimentos rurais do Estado no ano de 1980, ocupando uma área de 97,59%. No ano de 2006, verificou-se que ambas categorias eram responsáveis por 96,98% dos estabelecimentos e passaram a ocupar 98,82% das áreas rurais do Estado do Pará.

Em relação ao número de estabelecimentos, verificou-se crescimento de 42,98% na classe de proprietários e um decréscimo de 68,74% no número de estabelecimentos dos parceiros, no período de 1980 a 1995/1996, enquanto os arrendatários e ocupantes tiveram decréscimo de 86,73% e 64,81%, respectivamente. Em termos de proporção de área, os proprietários tiveram suas áreas acrescidas em 26,94%, para o mesmo período.

No período seguinte (1995/1996 a 2006), houve um decréscimo na área dos proprietários de 5,7%, enquanto que arrendatários e ocupantes tiveram decréscimo em suas áreas de 91% e de 70%, respectivamente, nesse mesmo período, situação esta que foi revertida no período de 1995 a 2006, em que se verificou um acréscimo de 424% nas áreas dos arrendatários e de 118% nas áreas dos ocupantes.

Tabela 6 – Número e área dos estabelecimentos explorados segundo a condição do produtor, no Estado do Pará - 1980, 1995 e 2006

Condição do produtor	Número de estabelecimentos				
	1980 A	1995-1996 B	2006 C	B/A (%)	C/B (%)
Proprietário	119.852	171.368	173.358	42,98	1,16
Arrendatário	7.347	975	2.565	-86,73	163,08
Ocupante	92.438	32.710	26.353	-64,61	-19,43
Parceiro	3.666	1.146	3.660	-68,74	219,37
Total	223.303	206.199	205.936	-7,66	-0,13
(Prop+Ocup)/Total*100	95,07	98,97	96,98	-	-
Condição do produtor	Proporção de Área (em mil hectares)				
	1980 A	1995-1996 B	2006 C	B/A (%)	C/B (%)
Proprietário	16.916	21.473	20.249	26,94	-5,70
Arrendatário	388	34	180	-91,24	424,41
Ocupante	3.040	896	1.953	-70,53	117,97
Parceiro	105	117	84	11,43	-28,21
Total	20.448	22.520	22.466	10,13	-0,24
(Prop+Ocup)/Total*100	97,59	99,33	98,82	-	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Pará – 1996 e 2006.

A elevação de 424,41% na área dos arrendatários no período de 1995/1996 a 2006 pode ser explicada pelo avanço do plantio de grãos, com destaque para a soja e com a expansão do reflorestamento, em que o eucalipto e o paricá são as principais espécies plantadas.

Na atual conjuntura, é possível constatar uma ampliação das áreas de ocupantes (mais que dobrou entre 1995 e 2006, com 117,97%), o que reflete a luta dessa classe em permanecer no meio rural, articulado pelos Movimentos Sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem forçando políticas públicas para que os agricultores tenham acesso à terra.

Com relação à situação jurídica do imóvel, Silva (1978) ressalta que o produtor pode ser: i) Proprietário: se possuir uma escritura de compra e venda definitiva registrada; ii) Titular de direito real: se possuir uma escritura de promessa de compra e venda registrada ou se ocupar o imóvel na condição de enfiteuta, usufrutuário ou titular de servidão; iii) Titular da posse: se possuir uma escritura de promessa de compra e venda não registrada ou se ocupar o imóvel sem qualquer documento ou ainda com documento particular ou público não registrado.

De acordo com a Tabela 7, abaixo, em termos de número de propriedades, verifica-se o predomínio de propriedades de 10 a menos de 100 hectares, em todas as situações jurídicas. Quanto à área, verifica-se o predomínio de propriedades com área entre 1.000 a menos de 10.000 hectares. Constata-se, então, que as propriedades de posse por simples ocupação possuem grandes extensões (entre 1.000 a menos de 10.000 hectares), respondendo – em termos de área com 63,3%.

Tabela 7 – Número (N.) e Área de Propriedades segundo classe de área e situação jurídica do imóvel: 2012

Classe de Área	Propriedade		Posse e Propriedade		Posse por simples ocupação		Posse a justo título		Posse simples ocupação e a justo título		Situação Jurídica não informada	
	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área
Mais de 0 a menos de 10 (ha)	3	0,02	1,8	0,02	6,78	0,15	1,05	0,06	1,67	0,04	4,62	0,09
<b>10 a menos de 100 (ha)</b>	51	2,87	36,12	3,12	64,05	13,53	63,8	5,92	45	8,75	69,81	14,34
100 a menos de 1.000 (ha)	31,54	8,94	49,49	24,58	23,17	22,35	20,23	10,37	46,66	40,8	21,53	19,55
<b>1.000 a menos de 10.000 (ha)</b>	14	43,91	11,95	53,52	5,99	<b>63,3</b>	6,37	39,65	6,67	50,41	3,75	44,46
10.000 a menos de 100.000 (ha)	0,4	11,38	0,64	18,76	0,01	0,67	0,45	25,77	0	0	0,29	21,56
100.000 e mais	0,06	32,88	0	0	0	0	8,1	18,23	0	0	0	0
Total (%)	100	100	100	100	1000	1000	100	100	100	100	100	100

Fonte: INCRA- Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR): 2012.

Ademais, um fato que chama a atenção é o número significativo de pequenas propriedades, cuja situação jurídica é não informada, sendo 69,81% das propriedades entre 10 a menos de 100 hectares encontram-se nesta classificação, representando 14,34% da área total.

Analisando-se os dados da Tabela 8, verifica-se que, no período de 1980 a 1995, os proprietários tiveram suas áreas de lavoura permanente, lavoura temporária e de pecuária elevadas em 554,50%, 688,5% e 181,68%, respectivamente. No período entre 1995 a 2006, houve uma pequena expansão da lavoura permanente (19,51%), decresceu na lavoura temporária (24,83%) e ainda, que os proprietários cresceram bem pouco na atividade pecuária, se comparado ao período anterior, ou seja, 33, 22%.

Em termos de detecção do tipo da cultura, o Censo não nos informa, mas se destaca que estas são as principais atividades exploradas pelos diversos tipos de categorias de produtores rurais, além de que – estes mesmos ainda exploram áreas cultivadas (ha) com outras atividades, tais como: horticultura e floricultura; pesca e aquicultura, produção florestal com floresta plantada e nativa, além de sementes, mudas e outras propagações vegetais.

Ademais, no Censo de 2006, aparece outra categoria de produtor (assentados sem titulação definitiva), que, portanto – tem exploração nestas três principais atividades, mas que não foram incluídos neste estudo, em razão de não constarem nos Censos anteriores.

Tabela 8 – Condição do produtor de acordo com área das principais classes de atividade econômica no Estado do Pará – 1980, 1995 e 2006

Atividade econômica/Condição do produtor	Lavoura Permanente (ha)				
	1980 (A)	1995 (B)	2006 (C)	B/A (%)	C/B (%)
Proprietário	181.755	1.189.587	1.421.653	554,50	19,51
Arrendatário	3.022	1.289	8.265	-57,36	541,37
Parceiro	2.335	3.071	11.760	31,51	282,98
Ocupante	43.848	40.354	34.622	-7,97	-14,20
Total	230.960	1.234.300	1.476.300	434,42	19,61
Atividade econômica/Condição do produtor	Lavoura Temporária (ha)				
	1980 (A)	1995 (B)	2006 (C)	B/A (%)	C/B (%)
Proprietário	426.566	3.364.946	2.529.310	688,85	-24,83
Arrendatário	14.913	6.986	109.762	-53,16	1.471,23
Parceiro	5.114	8.782	5.558	71,72	-36,71
Ocupante	235.894	309.805	150.694	31,33	-51,36
Total	682.487	3.690.518	2.795.324	440,75	-24,26
Atividade econômica/Condição do produtor	Pecuária (ha)				
	1980 (A)	1995 (B)	2006 (C)	A/B (%)	B/C (%)
Proprietário	4.088.817	11.517.565	15.344.148	181,68	33,22
Arrendatário	13.775	42.453	62.388	208,19	46,96
Parceiro	27.000	97.434	55.909	260,87	-42,62
Ocupante	383.823	278.711	927.899	-27,39	232,93
Total	4.513.415	11.936.162	16.390.344	164,46	37,32

Fonte: Censos agropecuários do IBGE – 1981/1996/2006.

Considerando a categoria arrendatário, estes cresceram em todos os tipos de exploração no período de 1995 a 2006, sendo a maior para a lavoura temporária (1.471,23%) e menos de 50% na pecuária, para o mesmo período.

Por outro lado, para o mesmo período, a categoria parceiro perdeu as áreas para as lavouras temporária e para a exploração de pecuária. Porém, neste mesmo intervalo de dez anos, sua exploração na lavoura permanente foi de mais de 280,0%, como pode ser visto na Tabela 8.

Não se consegue visualizar, novamente, quais espécies destas culturas, pois teria que haver mais informações no Censo sobre a expansão ou retração para o tipo de espécie explorada; ou então, aplicar-se um modelo algébrico que conseguisse visualizar este tipo expansão e/ou retração, como o modelo *shift-share*.

Para Simões (2005), o método *shift-share* permite descrever o crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva. Este método consiste num conjunto de identidades – com quaisquer hipóteses de causalidade – que permitem identificar e desagregar componentes de tal crescimento, numa análise descritiva da estrutura produtiva.

Segundo, ainda, os dados da Tabela 8, verifica-se que os ocupantes estão perdendo área nas atividades de agricultura (lavoura permanente e temporária), pelo Censo de 2006, mas obtiveram uma expansão de 232,93% na atividade de pecuária. Isto explica a retração de uma determinada atividade em função da outra, até porque, envolve mão-de-obra, de esta estar disponível para “tocar” uma ou mais trabalhos.

No balanço geral, percebeu-se que as lavouras permanente e temporária cresceram mais no primeiro período (entre 1980 a 1995), com mais de 400%, ou seja, 434 e 441%, respectivamente e mais de 160% na pecuária.

Entre os Censos de 1996 a 2006, visualiza-se uma expansão, no conjunto destas atividades (lavoura permanente e pecuária), entretanto, a lavoura temporária teve redução, de 24,26%. Muito fatores podem explicar esta retração, como pouco crédito para investimentos, implementação de leis ambientais e, portanto, crise de preços das *commodities*, como a soja, em 2004.

Outro detalhe a destacar é que se constata a crescente importância da classe dos proprietários na dinamização da estrutura produtiva do Estado do Pará na década de noventa, sendo que nos anos 2000, essa classe perdeu espaço na atividade econômica da lavoura temporária, e – apesar disto, ainda continua sendo a classe predominante no meio rural paraense, enquanto que arrendatários e parceiros tiveram suas áreas elevadas significativamente, principalmente, no período de 1995 a 2006, portanto, é possível afirmar que a legitimidade da posse da terra constitui um traço característico do avanço do capitalismo no meio rural, sem, entretanto, extinguir totalmente as demais relações sociais de produção. Nestes termos, as relações de trabalho predominantes são os assalariados temporários, a mão de obra familiar e os assalariados permanentes.

Os dados da Tabela 9 demonstram que o Pará participa com 45,52% do pessoal ocupado na região Norte, podendo ser considerado o Estado que maio ocupada de mão de obra do meio rural regional, em 1991. Percebe-se, ainda, através da Tabela 9 que a mão de obra familiar, ainda, se destaca no meio rural, apresentando uma significativa participação de 40,4% e 35,4% do pessoal ocupado na região Norte e no Pará, respectivamente.

Tabela 9 – Análise comparativa do pessoal ocupado na região Norte e Estado do Pará de acordo com a relação de trabalho - 1991

Relação de Trabalho	Região Norte (A)	%	Pará (B)	%	B/A (%)
Assalariados permanentes	77.398	10,95	38.453	11,95	49,68
Assalariados temporários (*)	336.850	47,65	167.721	52,12	49,79
Parceiros	3.448	0,49	652	0,20	18,91
Arrendatários	3.598	0,51	991	0,31	27,54
Mão de obra familiar	285.603	40,40	113.996	35,42	39,91
Total	706.897	100	321.813	100	45,52

Fonte: Levantamento Cadastral do INCRA: 1991.

(\*) Corresponde ao maior nº de assalariados contratados nas épocas de maiores serviços

Segundo Becker et al. (1995), o desenvolvimento do capitalismo, no campo, abre espaço para a expansão do trabalho familiar nas suas múltiplas formas, exercido quer pelo camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. Esse processo contraditório do desenvolvimento do

capitalismo no meio rural gera, ao mesmo tempo, a expansão do trabalho assalariado nas médias e grandes propriedades e do trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e/ou estabelecimentos.

No Censo de 2006, a mão de obra ocupada na região Norte, no setor agropecuário como um todo foi de 1.655.649, o que correspondia a 10% em relação ao país. Percebe-se que houve redução drástica de número de ocupação no campo entre o período de 25 anos (1980 a 2006), com uma redução de mais de 4,6 milhões de ocupações. É claro que este resultado decore da migração, modernização do campo e expulsão do homem do campo para a cidade, por diversas razões, dos quais até a falta de estudo e melhores condições de saúde na área rural, envelhecimento da população e a saída de jovens para procurar estudos e trabalho.

Nas ocupações relativas ao espaço entre 1995 e 2006, esta redução é bem inferior (1,36 milhões de ocupação). Em termos comparativos, o Estado do Pará é responsável em quase 50% das ocupações no setor agropecuário, respondendo ainda, com, 47% de ocupações no campo.

Tabela 10 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, no Brasil, Norte e Pará nos anos de 1980, 1995 e 2006

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Ano			
	1980	1995	2006	Perda (1980-2006)
<b>Brasil</b>	21.163.735	17.930.890	16.568.205	-4.595.530
<b>Norte</b>	1.781.611	1.877.797	1.655.649	-125.962
<b>Pará</b>	1.016.795	883.925	792.211	-224.584
<b>Participação Pa/No (%)</b>	57,07	47,07	47,85	-

Fonte: Censo agropecuário, 2006.

Ainda pelos dados da Tabela 10, entre 1980 e 2006, o Pará perdeu 224,6 mil ocupações no campo, valor superior a da região Norte, com apenas 125 mil. Espera-se, aliás, que esta perda seja maior em 2012, por exemplo, dado a reestruturação nas atividades agropecuárias decorrentes da implementação e fiscalização das leis ambientais que tem caído sobre o setor rural, como um todo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de setenta é considerada o marco histórico de profundas mudanças no processo de ocupação das terras no Estado do Pará, pois foi a partir desse período é que foram implementadas importantes medidas governamentais (fundiárias, fiscais e creditícias) que delinearão a distribuição territorial e o perfil produtivo desse Estado.

A estrutura fundiária do Pará foi fortemente influenciada pela política centralizadora do Governo Federal, sendo que na década de setenta houve significativo crescimento dos latifúndios, reflexo dessa política. Nos anos noventa, verificou-se crescimento das empresas rurais, tanto em termos de número de imóveis quanto em termos de área e houve um processo de fragmentação das áreas dos minifúndios.

A distribuição da propriedade da terra no Estado do Pará é caracterizada pelo binômio minifúndio versus latifúndio, tendo como reflexo o elevado índice de concentração fundiária nos últimos quarenta anos, conforme demonstrado pelo índice de Gini de 0,821 (2006). Essa estrutura

fortemente concentradora da propriedade da terra, tanto na região Norte quanto no Estado do Pará, constitui um dos fatores de expulsão da população do campo para as cidades, assim como, ausência de políticas públicas direcionadas mais a questão educacional e de saúde, além de infraestrutura para o setor produtivo como armazenamento e estradas para escoar a produção.

Infelizmente, em termos logísticos de infraestrutura, a questão de rodovias está deixando a desejar no Brasil como um todo, mas na região Norte dado às condições de chuva intensa, tráfego pesado de caminhões (com madeira, bois e insumos, em geral), soma-se ainda a falta de recuperação e manutenção dessas rodovias, tem-se, então, um verdadeiro aumento de risco nas estradas e aumento dos custos da produção agropecuária como um todo.

No aspecto de fluxos populacionais, de acordo com os resultados da migração instantânea, houve entrada de migrantes na região Norte e no Pará ao longo da década de noventa e nos 2000, atraídos pelas políticas de incentivos fiscais e creditícias do Governo Federal e pelas amplas disponibilidades de terras baratas no Estado, em comparação aos demais estados brasileiros.

No decorrer do desenvolvimento do presente estudo, verificou-se, também, importância dos proprietários na dinamização da estrutura produtiva, conforme a análise dos Censos de 1980; 1995 e 2006. Referida categoria responderam, em termos de área para a exploração da atividade econômica, como: lavoura permanente com 79%, 96% e 96%, respectivamente. Para o mesmo período, na exploração da lavoura temporária, contribuiu com 63%, 91% e 90%.

E, finalmente, na atividade pecuária, os proprietários responderam quanto a sua exploração de área em 91%, 96% e 94% (Tabela 8). Portanto, esta classe é predominante nas explorações do setor primário no Estado do Pará e, isto se deve, a questão da própria dinâmica do mercado de terras no Estado, o que talvez, se faça necessário um estudo na direção mais aprofundada da evolução da estrutura fundiária paraense, além de que, os órgãos com o ITERPA e INCRA tem contribuído (ou não), na regularização dessas áreas rurais.

Por fim, quanto às relações de trabalho, verificou-se o predomínio de assalariados temporários e da mão de obra familiar no meio rural paraense, na década de 1990, mas com a dinamização da própria atividade agropecuária, como produção de grãos, plantio de espécies florestais, criação de animais pequenos e mesmo a expansão de bovinos, a relação de assalariados e empregos formais tem crescido muito no Pará, além da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para acabar de vez com trabalhos escravos, muito presente nesta atividade primária.

A guisa de conclusões, constatou-se que o avanço do capitalismo no meio rural paraense contribuiu para elevação da concentração da terra, havendo a necessidade de implementar um conjunto de medidas de políticas públicas voltadas para a reestruturação do espaço regional, com a finalidade de minimizar os impactos dos efeitos gerados por essas desigualdades no Estado do Pará.

## REFERÊNCIAS

ALVES, E. Tecnologia e emprego. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 6, n. 1, p. 17-24, jan./mar. 1997.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1999-2010.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. In: CAMPANHOLE, Adriano. **Legislação agrária: Estatuto da Terra e legislação complementar, Código Florestal e leis anteriores**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 9-57

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas...**Vox Legis**, v. 28, p. 19-22, abr. 1971.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987. Revoga o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1-2, 25 de nov. 1987. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 2.166-67, de 27 de agosto de 2001. Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal. Disponível em: <[http](http://www.planalto.gov.br)> [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 6 fev. 2002.

BECKER, B. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo; Hucitec, 1995.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, n. 5, 1998.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006.: IBGE. Disponível. [www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm). Acesso: dezembro/2012.

FERREIRA, Mônica de Nazaré Corrêa. **Estrutura fundiária da Região Norte do Brasil e Estado do Pará, com análise particular para o município de Marabá no período de 1970-1992**. 1995.64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, UFPA, 1996.

HOFFMANN, R. **A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998**. Brasília, DF: Incra, [1998].

HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e Unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Levantamento cadastral**, Brasília, DF, 1978, 1991e 1999.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SIMÕES, Rodrigo. MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA: diagnóstico aplicado ao planejamento. **Texto para Discussão nº 259**, Maio de 2005. Disponível: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>. Acesso: 05 12 2008.



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Construindo o futuro da Amazônia:** estratégias para o desenvolvimento sustentável, 2000/2003. Belém, 2000. Versão preliminar para discussão.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Fundiária da Região Norte do Brasil: análise sintética das unidades federadas constituintes.** Belém, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia:** 1992/1995. Belém, 1992.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia:** 1994/1997. Belém, 1993.

TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem:** instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.